



Presidente cubano disse em discurso aos demais chefes de Estado e de governo que seu país foi 'criminosamente bloqueado' e virou 'moeda de troca' num 'entendimento nada ético sobre leis extraterritoriais'

Para Fidel, acordo é antiético e injusto

MÁRIO MAGALHÃES
da Sucursal do Rio

O presidente cubano, Fidel Castro, considerou antiética, injusta e injustificável a supressão de uma condenação explícita a uma lei dos Estados Unidos anti-Cuba na Declaração do Rio de Janeiro.

Em discurso ontem aos demais chefes de Estado e governo, Fidel afirmou que seu país, "criminosamente bloqueado", se transformou em "moeda de troca" num "entendimento nada ético sobre cínicas leis extraterritoriais".

Disse também que "posições comuns nada justas e injustificáveis se somam de fato ao objetivo de nos asfixiar economicamente".

Sem se referir explicitamente à decisão da cúpula de não condenar a lei norte-americana que em 1996 aprofundou o embargo econômico a Cuba, Fidel na verdade protestou contra a declaração do Rio, conforme indica o discurso e confirmou reservadamente a diplomacia cubana. A intervenção, na discussão sobre fluxos financeiros internacionais, marcou uma mudança em relação à abordagem de Fidel na véspera, quando ele evitou criticar o texto final da cúpula.

O esboço da declaração contempla a oposição explícita à Lei Helms-Burton, que permite que os EUA punam empresas que façam certos investimentos em Cuba.

No texto final, apesar da resistência cubana, há uma formulação genérica determinando "reiterar nossa firme rejeição de todas as medidas de caráter unilateral e de efeito extraterritorial que sejam contrárias ao direito internacional e às regras de livre comércio usualmente aceitas".

Único comunista presente à cúpula, Fidel Castro assinou a declaração, apesar de ela não citar especificamente a Helms-Burton.

Depois de citar os recursos europeus aplicados no Leste europeu, na Rússia em particular, e na reconstrução da Sérvia e de Kosovo, o presidente cubano perguntou: "Quanto vai restar para a União Européia investir na América Latina e no Caribe?"

Segundo Fidel, no final da década de 80 os europeus respondiam por 54% do investimento externo direto na AL. De 1990 a 1994, a porcentagem teria caído para 23%.

Apesar de duvidar da capacidade de a UE investir, Fidel disse que o euro, nova moeda da UE, vai "ajudar a nos libertar dos privilégios da tirania do dólar". Segundo o dirigente cubano, dos 499 milhões de habitantes da AL, 210 milhões vivem abaixo da linha de pobreza, sendo 98 milhões indigentes.

O governo de Cuba foi criticado por governantes europeus. Na opinião do presidente da França, Jacques Chirac, "está havendo um retrocesso na questão dos direitos humanos".

Foi a mesma posição manifestada pelo primeiro-ministro da Espanha, José Maria Aznar. Na opinião do primeiro-ministro da Alemanha, Gerhard Schroeder, "todos sabem que existe um regime ditatorial em Cuba". Para o alemão, a "inclusão de Cuba no diálogo levará o país passo a passo para a democratização".

Apesar de a cúpula ter terminado ontem, Fidel continuará no Rio até amanhã, recebendo homenagens e fazendo palestra para estudantes.

Colaboraram Fernanda da Escóssia e Ronaldo Soares

Alemanha propôs eliminação

do enviado especial ao Rio

Foi da Alemanha a sugestão para eliminar da Declaração do Rio a condenação explícita à Lei Helms-Burton, que permite a cidadãos norte-americanos processarem na Justiça dos EUA empresas estrangeiras que façam certos tipos de investimento em Cuba.

O argumento alemão, endossado pelos outros países da União Européia, foi o de que uma confrontação ostensiva com os EUA poderia ser contraproducente para os esforços diplomáticos no sentido de convencer o governo norte-americano a mudar sua lei.

A União Européia tem combatido a Helms-Burton desde que o presidente Bill Clinton a sancionou, em 12 de março de 1996.

Chegou a ameaçar um processo formal contra os EUA na esfera da Organização Mundial do Comércio em 1997. Mas, em maio do ano passado, chegou a um acordo provisório com os norte-americanos.

Por esse entendimento, Clinton se comprometeu a convencer o Congresso de seu país a eliminar os artigos mais polêmicos da Helms-Burton; e os governos da União Européia, em troca, a desestimular os investimentos em Cuba que a lei permite punir.

O título número 3 da Helms-Bur-

ton ("proteção de direitos de propriedade de cidadãos dos EUA") permite que norte-americanos, naturalizados ou naturais, que tenham sido proprietários (ou sejam descendentes de proprietários) de terrenos ou negócios em Cuba estatizados pelo regime de Fidel Castro processem empresas, mesmo estrangeiras, que operem nessas propriedades.

O parágrafo 38 da Declaração do Rio, assinada ontem pelos líderes da América Latina e do Caribe e da União Européia, expressa "firme rejeição de todas as medidas de caráter unilateral e de efeito extraterritorial". Antes da intervenção alemã, em seguida vinha a frase "como a Lei Helms-Burton".

Na reunião de chanceleres, no sábado, o cubano Felipe Pérez Roque protestou contra a exclusão do exemplo. Mas nenhum dos seus 47 colegas lhe deu apoio.

Por isso, o ministro brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, que presidia a reunião, decidiu que, em nome do consenso, a citação saísse.

Mas Lampreia ainda sugeriu que o alemão e o cubano se reunissem para tentar encontrar uma fórmula que ambos considerassem aceitável para a questão. Não houve sugestão posterior de reinclusão da referência à Helms-Burton. (CELS)

JUDICIÁRIO Luiz Estevão deve ser convocado Dono de construtora compromete senador

da Sucursal de Brasília

O empresário Fábio Monteiro de Barros Filho, dono da Ikal Construções e Incal Incorporações, comprometeu o senador e empresário Luiz Estevão de Oliveira (PMDB-DF), dono do Grupo OK, em seu depoimento ontem na CPI do Judiciário.

Estevão deverá ser convocado a depor na comissão.

Segundo Monteiro de Barros, Estevão tem lhe ajudado com empréstimos bancários desde o ano passado, quando seus bens e contas foram bloqueados por decisão

do Ministério Público Federal de São Paulo.

O Ministério Público investiga irregularidades na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, obra que as empresas de Monteiro de Barros ganharam sem ter ao menos participado da licitação.

A convocação do senador seria decidida em sessão secreta ontem, após o depoimento de Monteiro de Barros, que durou sete horas. Mas a sessão foi suspensa, e a votação do requerimento e o depoimento de José Eduardo Ferraz, sócio de Monteiro de Barros, foram transferidos para hoje.

ÁLBUM



Primeira fila, da esquerda para a direita:

Hugo Banzer (Bolívia); Jean-Luc Dohaene (Bélgica); Hubert Ingraham (Bahamas); Carlos Menem (Argentina); Arnoldo Alemán Lacayo (Nicarágua); Jacques Santer (Comissão Européia); Martti Ahtisaari (Finlândia); Gerhard Schroeder (Alemanha); Fernando Henrique Cardoso; Ernesto Zedillo (México); Andrés Pastrana (Colômbia); Janet Jagan (Guiana); Ernesto Perez Balladares (Panamá); Viktor Klima (Áustria); Owen Seymour Arthur (Barbados); Said Mussa (Belize)

Segunda fila, da esquerda para a direita:

António Guterres (Portugal); Luiz Angel Gonzalez Macchi (Paraguai); Constantinos Simitis (Grécia); Jacques Chirac (França); Jamil Mahuad Witt (Equador); Eduardo Frei (Chile); Edison C. James (Dominica); Miguel Angel Rodriguez Echeverria (Costa Rica); representante de El Salvador; Jose Maria Aznar (Espanha); Keith Mitchell (Granada); Carlos Roberto Flores Facusse (Honduras); Win Kok (Países Baixos); Alberto Fujimori (Peru)

Terceira fila, da esquerda para a direita:

Robert Goebes (Luxemburgo); Robin Cook (Reino Unido); Eduardo Stein Barillas (Guatemala); representante da Irlanda; Hugo Chávez (Venezuela); Badeo Panday (Trinidad e Tobago); James Fitz-Allen Mitchell (São Vicente e Granadinas); Kenny Anthony (Santa Lúcia); Leonel Reyna (República Dominicana); Denzil Douglas (São Cristóvão e Névis); Göran Persson (Suécia); Júlio Sanguinetti (Uruguai); representante da Jamaica; Fritz Longchamp (Haiti); Jules Albert Wijdenbosch (Suriname)

Cubano vai ao banheiro e perde foto

Névoa forte impediu que imagem dos líderes fosse feita com o Pão de Açúcar ao fundo

da Sucursal do Rio

Fidel Castro foi o único dos chefes de Estado e governo presentes à Cúpula do Rio que não participou da fotografia oficial do evento.

A ausência do presidente de Cuba não ocorreu devido à suas críticas à "Declaração do Rio", mas a um motivo mais prosaico: Fidel estava no banheiro, e os outros líderes não o esperaram.

Ao final da cúpula, o presidente Fernando Henrique Cardoso discursou na sala principal de reuniões. A seguir, Fidel se levantou e perguntou a um diplomata on-

de ficava o banheiro.

A caminho do toalete, o líder cubano foi insistentemente parado por diplomatas que queriam cumprimentá-lo. O tempo foi passando. Os outros presidentes e primeiros-ministros já se perfilavam para a foto.

Alertado, Fidel Castro disse que não estava aguentando mais e que a ida ao banheiro era urgente.

Diplomatas ainda tentaram esperar Fidel, mas como a programação já estava bastante atrasada, decidiu-se fazer a foto mesmo sem o presidente cubano.

A preocupação dos diplomatas

brasileiros era que, caso esperassem por Fidel, o atraso da programação aumentaria e poderia levar alguns governantes a desistir de participar do almoço de encerramento.

Sem Pão de Açúcar

A ausência do presidente de Cuba não foi o único incidente na foto oficial.

O tempo não ajudou Fernando Henrique Cardoso em sua intenção de mostrar para o mundo o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara.

Uma névoa forte encobriu o cenário que serviria de fundo para

a foto oficial e, por isso, o Itamaraty decidiu transferi-la para o foyer do MAM.

Somado à paisagem encoberta, outro motivo levou o Itamaraty a transferir o local: o grande número de pessoas que teria que se deslocar para os jardins ao fundo do museu, onde seria feita a foto.

Um cálculo feito por diplomatas mostrou que, para fotografar os governantes, um batalhão de quase 800 pessoas, entre assessores, seguranças e fotógrafos, teria que se deslocar entre o museu e os jardins.

(CRISTINA GRILLO e MÁRIO MAGALHÃES)

Chirac diz que é preciso 'dar tempo ao tempo'

da Sucursal do Rio

O presidente francês, Jacques Chirac, disse que é preciso dar "tempo ao tempo" para a formação de uma área de livre comércio entre a União Européia e a América Latina.

"Se queremos avançar com segurança, é preciso avançar dentro da ordem", afirmou. Segundo Chirac, a expressão "área de livre comércio"

ficou fora do documento final da Cúpula do Rio não por exigência da França, mas do conjunto dos países da Europa e da também da América Latina.

"Nos planos industrial e de serviços, os países da América do Sul devem assegurar uma certa proteção que possa garantir seu desenvolvimento. Seria sério falar de livre comércio entre América Latina e Europa no domínio de serviços e

indústria", perguntou.

O presidente francês —que já havia afirmado no Rio que o protecionismo europeu é "uma lenda"— voltou a ironizar o tema: "A Europa não é uma fortaleza, contrariamente ao que alguns queriam fazer crer".

Em entrevista aos jornalistas, Chirac reforçou o tema de seu discurso na sessão de ontem entre chefes de Estado e de governo: o

controle do capital especulativo.

Para o presidente francês, os parâmetros fiscais e fundos de investimento especulativos são um fator de risco para o sistema financeiro mundial e os centros de lavagem do dinheiro do narcotráfico.

Chirac defendeu uma ação internacional para manter um sistema financeiro que reforce o emprego e assegure o bom funcionamento da economia, sem protecionismo.

JUSTIÇA Sentença se refere a processo iniciado há três anos, sem relação com a CPI dos Bancos Cacciola é condenado à prisão no RJ

da Sucursal do Rio

O ex-banqueiro Salvatore Cacciola foi condenado ontem pela Justiça Federal do Rio a quatro anos e meio de prisão, em regime semi-aberto (o detento apenas dorme na cadeia), e ao pagamento de multa no valor de R\$ 2,040 milhões por praticar o crime de colarinho branco.

A condenação não tem relação direta com as investigações recentes sobre o ex-banqueiro, iniciadas com a CPI dos Bancos. Cacciola havia sido denunciado pelo Ministério Público há três anos, com base em apuração do Banco Central.

Ele foi acusado de receber empréstimo do Banco Marka, do qual

era presidente na época, e de conceder empréstimos a parentes, por intermédio de "laranjas".

Pela legislação bancária, instituições financeiras não podem fazer empréstimos a seus diretores nem aos parentes deles.

Salvatore Cacciola também está sendo investigado sobre o suposto favorecimento do Banco Central ao Marka, na época da desvalorização do real, em janeiro deste ano.

Na ocasião, o BC vendeu dólares ao banco de Cacciola —e também ao banco FonteCindam— por uma cotação abaixo da então praticada pelo mercado. O prejuízo absorvido pelo governo federal, constatou a CPI dos Bancos, che-

gou a R\$ 1,5 bilhão.

A esse respeito, o ex-banqueiro já depôs na Polícia Federal e na CPI dos Bancos.

Outro lado

O advogado de Cacciola, José Carlos Frago, disse que vai recorrer da sentença divulgada ontem, que considerou "violenta". Segundo Frago, em um prazo de duas semanas o recurso já estará pronto.

O advogado disse que a condenação é "absurda", já que Cacciola havia sido absolvido por unanimidade das acusações pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, órgão do Banco Central, no início do ano passado, sobre as

mesmas acusações.

De acordo com Frago, a transação feita na época foi legal. O Marka devia R\$ 30 mil a Cacciola e teria apenas feito o pagamento, afirmou.

Para o advogado, Cacciola está sofrendo "perseguição" devido à exposição decorrente do caso Marka e virou o "inimigo número 1 do país".

"A condenação tem como objetivo exemplificar a punição de empresários, e Salvatore Cacciola foi eleito como exemplo."

Frago afirmou ainda que Cacciola é inocente não só dessa acusação, como da que se refere ao socorro do Banco Central ao Marka, em janeiro.



Ruth põe fita no pulso da primeira-dama grega, Daphne Simittis

Ruth dá fitas do Bonfim e figas

Primeiras-damas almoçam juntas

da Sucursal do Rio

Ruth Cardoso, mulher do presidente Fernando Henrique Cardoso, ofereceu ontem almoço com especialidades da culinária mineira e baiana para seis primeiras-damas de países participantes da cúpula de chefes de Estado e de governo.

O almoço aconteceu nos jar-

dins do museu da Chácara do Céu, em Santa Tereza, na zona sul do Rio.

No coquetel, Ruth ofereceu fitas do Senhor do Bonfim e figas para as convidadas, entre elas as primeiras-damas Ana Botella (Espanha), Nilda Zedillo (México), Daphne Simitis (Grécia) e Ana Botella (Espanha).